



Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

ÍNDICE

Balancos Patrimoniais	3
Demonstração do Resultado do Exercício	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto operacional	10
2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias	11
3. Principais práticas contábeis	11
4. Normas e interpretações novas e revisadas	16
5. Caixa e equivalentes de caixa	17
6. Aplicações financeiras	18
7. Caixa restrito	18
8. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	19
9. Tributos e contribuições a compensar	19
10. Imobilizado	20
11. Intangível	23
12. Empréstimos e Financiamento	26
13. Tributos e encargos sociais a recolher	28
14. Encargos regulatórios a recolher	28
15. Provisões	29
16. Patrimônio Líquido	29
17. Receita operacional bruta	32
18. Resultado financeiro	33
19. Imposto de renda e contribuição social	34
20. Transações com partes relacionadas	34
21. Instrumentos financeiros	35
22. Seguros	37
23. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário	37
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábil regulatória	43

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	58	423
Aplicação financeira	6	9.203	-
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	4.406	1.943
Tributos e contribuições a compensar	9	2.222	2.218
Outros		713	266
		16.602	4.850
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa Restrito	7	17.358	16.321
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	392	308
		17.750	16.629
Imobilizado	10	447.774	463.737
Intangível	11	1.692	1.481
		449.466	465.218
Total do ativo		483.818	486.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2018	2017
Passivo Circulante			
Fornecedores		824	1.261
Empréstimos e Financiamentos	12	12.595	20.888
Tributos e encargos sociais a recolher	13	986	2.220
Encargos Regulatórios a recolher	14	344	470
Obrigações trabalhistas	15	90	72
Outros		1.339	3
		16.178	24.914
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	12	159.084	171.135
Encargos Regulatórios a recolher	14	1.183	1.020
Provisões	16	18	1.181
Outros		-	2.301
		160.285	175.637
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (a)	338.984	327.284
Reservas de Lucros	17 (c)	(31.629)	37.515
Prejuízos acumulados		-	(78.653)
		307.355	286.146
Total do passivo e do patrimônio líquido		483.818	486.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2018	2017
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	18	47.778	39.898
		47.778	39.898
Tributos			
PIS		(272)	(675)
COFINS		(1.349)	(3.135)
		(1.621)	(3.810)
Encargos			
Reserva global de reversão – RGR		(1.180)	(1.120)
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(167)	(175)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(408)	(377)
		(1.755)	(1.672)
Receita Líquida		44.402	34.416
Custos e despesas			
Pessoal		(734)	(756)
Material		(45)	-
Serviços de terceiros		(4.776)	(5.310)
Provisão para contingências		(84)	-
Depreciação e amortização		(15.925)	(15.923)
Seguros		(63)	(67)
Doações, contribuições e subvenções.		(26)	(23)
Arrendamento e aluguéis		(404)	(45)
Tributos		(19)	-
Outras despesas operacionais		(516)	-
Gastos diversos		(2)	(24)
		(22.594)	(22.148)
Resultado da Atividade		21.808	12.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	19	1.376	1.643
Despesas Financeiras	19	<u>(13.375)</u>	<u>(19.584)</u>
		(11.999)	(17.941)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>9.809</u>	<u>(5.673)</u>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social Corrente	20	<u>(300)</u>	<u>(1.528)</u>
Resultado líquido do Exercício		<u>9.509</u>	<u>(7.201)</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		9.509	(7.201)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do Exercício		9.509	(7.201)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>9.509</u>	<u>(7.201)</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		9.509	(7.201)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucro					Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva para retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		327.284	6.242	50.887	(27.325)	(63.741)	293.347
Prejuízo do exercício						(7.201)	(7.201)
Destinação do lucro							
Reserva Legal	17 (c)	-	387	-	-	(387)	-
Reserva especial de dividendo	17 (c)	-	-	7.324	-	(7.324)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		327.284	6.629	58.211	(27.325)	(78.653)	286.146
Aumento de capital	17 (a)	11.700	-	-	-	-	11.700
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	9.509	9.509
Destinação do lucro							
Absorção das reservas de lucros	17 (c)	-	(6.629)	(58.211)	(4.304)	69.144	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		338.984	-	-	(31.629)	-	307.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/prejuízo líquido do exercício	9.509	(7.201)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (notas 10 e 11)	15.925	15.923
Provisão para demandas judiciais (nota 16)	5	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado (nota 10 e 11)	516	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	13.228	16.604
	<u>39.183</u>	<u>25.326</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	(1.037)	(1.898)
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	(2.547)	3.514
Tributos e contribuições a compensar	(4)	(231)
Serviços em curso	(713)	-
Outros	266	(265)
	<u>(4.035)</u>	<u>1.120</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(440)	497
Tributos e encargos sociais a recolher	(1.234)	1.470
Encargos regulatórios a recolher	37	162
Outros	(2.122)	2.303
	<u>(3.759)</u>	<u>4.432</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>31.389</u>	<u>30.878</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(9.203)	-
Imobilizado (nota 10)	(689)	(18)
Intangível (nota 11)	-	-
	<u>(9.892)</u>	<u>(18)</u>
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(9.892)</u>	<u>(18)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(19.624)	(15.558)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(13.938)	(16.615)
Integralização de Capital (nota 17)	11.700	-
	<u>(21.862)</u>	<u>(32.173)</u>
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(21.862)</u>	<u>(32.173)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(365)</u>	<u>(1.313)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	58	423
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	423	1.736
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>(365)</u>	<u>(1.313)</u>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$1.180 (R\$3.835 em 2017).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, controladora), constituída em 03 de dezembro de 2007, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, o provimento de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme Contratos de Concessão.

Em 05 de outubro de 2017, houve a aquisição da totalidade de participação acionária da Companhia pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, sendo 50% das ações pertencentes à Isolux Energia e Participações S.A. (“Isolux”) e 25% detida pela Cymi Construções e Participações S.A. (“Cymi”).

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
001/2008	30	16.03.38	5 anos	2023	IPCA	44.279	06/18

Contrato nº 001/2008

Linha de Transmissão 500 kV Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí, C2, com aproximadamente 710 km, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, contemplando com a implantação, operação e manutenção das respectivas instalações da rede básica do sistema elétrico interligado (Estados Piauí, Maranhão e Tocantins).

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 25 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura/ reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

3.3 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais, abaixo descritos, fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam, principalmente, o Contas a Receber – Concessionárias e Permissionárias.

- (ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 17.3).

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 10 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Arrendamentos

(a) A Companhia como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.11 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 16 (a).

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	58	423
	<u>58</u>	<u>423</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimentos	100,0%	<u>9.203</u>	<u>-</u>
		<u>9.203</u>	<u>-</u>

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente para controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

O referido fundo de investimentos possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou da taxa SELIC.

7 Caixa Restrito

Em 10 de maio de 2010 foi assinado contrato de financiamento entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez, o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB, no valor mínimo de R\$ 16.000. O saldo de caixa restrito é R\$17.358 (R\$16.321 em 2017).

8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	<u>Corrente a vencer</u>	<u>Corrente vencida</u>				<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>		
Transmissão de Energia							
Encargos de Uso da Rede Elétrica	<u>4.322</u>	<u>77</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>392</u>	<u>4.798</u>	<u>2.251</u>
	<u>4.322</u>	<u>77</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>392</u>	<u>4.798</u>	<u>2.251</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda a recuperar	904	-
Imposto de renda retido na fonte	653	1.556
Contribuição social retido na fonte	629	629
COFINS	24	27
PIS	9	6
Outros	3	-
	<u><u>2.222</u></u>	<u><u>2.218</u></u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.689	-	-	-	3.689	-	(1.284)	2.405	2.762
Máquinas e equipamentos	558.359	-	-	-	558.359	-	(126.274)	432.085	447.651
Subtotal	562.048	-	-	-	562.048	-	(127.558)	434.490	450.413

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em Curso

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C) (*)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	2.693	164	-	3.360	6.217	3.524	-	6.217	2.693
Outros	10.594	414	(516)	(3.473)	7.019	(3.575)	-	7.019	10.594
Administração									
Máquinas e equipamentos	37	11	-	-	48	11	-	48	37
Subtotal	13.324	589	(516)	(113)	13.284	(40)	-	13.284	13.324
Total do Ativo Imobilizado	575.372	589	(516)	(113)	575.332	(40)	(127.558)	447.774	463.737

(*) Os valores de transferências referem-se a reclassificações entre bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,26%	3.689	(1.284)	2.405	2.762
Máquinas e equipamentos	3,45%	558.359	(126.274)	432.085	447.651
		562.048	(127.558)	434.490	450.413
Em Curso					
Transmissão					
		13.236	-	13.236	13.324
Administração					
		48	-	48	-
		13.284	-	13.284	13.324
		575.332	(127.558)	447.774	463.737

d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas e Equipamentos	123	52	175
Desenvolvimento de projetos	-	83	83
Material em Depósito	331	-	331
Total das adições	454	135	589

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) Ativo intangível em serviço

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão									
Servidões	1.481	-	-	-	1.481	-	-	1.481	1.481
Administração									
Softwares	-	-	-	100	100	100	(2)	98	-
Subtotal	1.481	-	-	100	1.581	100	(2)	1.579	1.481

b) Ativo intangível em curso

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C) (*)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão									
Outros	-	-	-	113	113	113	-	113	-
Administração									
Softwares	-	100	-	(100)	-	-	-	-	-
Subtotal	-	100	-	13	113	113	-	113	-
Total do Ativo Intangível	1.481	100	-	113	1.694	213	(2)	1.692	1.481

(*) Os valores de transferências referem-se a reclassificações entre bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2018			2017
		Bruto	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Serviços	0,0%	1.481	-	1.481	1.481
Administração					
Softwares	20,0%	100	(2)	98	-
		1.581	(2)	1.579	1.481
Em Curso					
Transmissão					
		113	-	113	-
		113	-	113	-
		1.694	(2)	1.692	1.481

d) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Serviços de Terceiros	Total
Software	100	100
Total das adições	100	100

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e Financiamentos

a) Composição dos saldos

Moeda nacional	Juros de curto prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo	Adimplente	Data da Captação /Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Frequência amortização	Sistemática amortização
	502	12.093	159.084	171.679											
BNB Semiarido (i)	187	5.166	58.564	63.917	Sim	Out/10	Recebíveis	Pré	10,0%	19/01/19	Mensal	19/01/19	19/05/30	Mensal	SAC
BNB - Demais Regiões (i)	315	6.927	100.520	107.762	Sim	Out/10	Recebíveis	Pré	10,0%	19/01/19	Mensal	19/01/19	19/05/30	Mensal	SAC

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) BNB - Contrato 56.2010.2491.3531

Em 19 de maio de 2010, a companhia assinou contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no montante de R\$220.000 sendo R\$93.811(semiárido) e R\$126.189 (fora do semiárido) ambos com custo de 10% a.a. O crédito é destinado à implantação de uma linha de transmissão em 550KV, com 710 km de extensão, com origem na Subestação de Colinas e término na Subestação de São João do Piauí. Os juros são cobrados mensalmente a partir de junho de 2012. O valor principal da dívida tem amortizações mensais a partir de junho de 2012 com vencimento final em 19 de maio de 2030. Sobre os encargos incidentes será aplicado um bônus de adimplência de 25% (semiárido) e 20% (fora do semiárido). Como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação de financiamento, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB no valor de R\$17.358.

b) Vencimentos das parcelas a longo prazo

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025+</u>	<u>Total</u>
Moeda Nacional							
BNB – Semiárido	4.861	5.083	5.054	4.952	4.998	33.616	58.564
BNB – Demais regiões	6.518	7.650	8.370	9.142	9.798	59.042	100.520
	<u>11.379</u>	<u>12.733</u>	<u>13.424</u>	<u>14.094</u>	<u>14.796</u>	<u>92.658</u>	<u>159.084</u>

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldos em 2016	<u>207.592</u>
Pagamentos de principal	(15.558)
Pagamentos de juros	(16.615)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>16.604</u>
Saldos em 2017	<u>192.023</u>
Pagamentos de principal	(19.624)
Pagamentos de juros	(13.938)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>13.218</u>
Saldos em 2018	<u>171.679</u>

d) Composição Ativos Financeiros

	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos Financeiros			
Caixas e Aplicações Financeiras	9.261	-	9.261
Caixa Restrito	-	17.358	17.358
	<u>9.261</u>	<u>17.358</u>	<u>26.619</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

e) Composição do Endividamento e Dívida Líquida

	<u>Juros de Curto Prazo</u>	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + LP</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Divida Bruta					
Moeda Nacional	502	12.093	159.084	171.679	192.023
Ativos Financeiros	-	9.261	17.358	26.619	(16.744)
Dívida Líquida				<u>145.060</u>	<u>175.279</u>

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda	250	1.119
Contribuição social	142	409
COFINS	110	206
PIS	28	45
INSS	37	15
ISS	355	362
Imposto de renda retido na fonte	8	14
FGTS	-	2
Outros	56	48
	<u>986</u>	<u>2.220</u>

14 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	1.201	1.047
Reserva Global de Reversão – RGR	-	104
Taxa de fiscalização ANEEL	326	339
	<u>1.527</u>	<u>1.490</u>
Circulante	<u>344</u>	<u>470</u>
Não circulante	<u>1.183</u>	<u>1.020</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias e encargos sociais	<u>90</u>	<u>72</u>
	<u>90</u>	<u>72</u>
Circulante	<u>90</u>	<u>72</u>

16 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui duas ações cíveis no valor de R\$16 mil e uma ação trabalhista no valor de R\$2 mil com probabilidade de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2018, há uma demanda judicial cível com probabilidade de perda possível no montante de R\$103 mil.

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2018 e 2017 é de R\$400.000, sendo todo em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2018 é de R\$338.984 e em 2017 de R\$327.284, está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 14 de julho de 2018, através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R\$ 11.700.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Reservas de lucro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva legal (i)	-	6.629
Reserva de retenção de lucros (ii)	(31.629)	(27.325)
Reserva especial de dividendo não distribuído (iii)	-	58.211
	<u>(31.629)</u>	<u>37.515</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva especial de dividendo não distribuído

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída, em exercícios anteriores, foi destinada à constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos, a fim de subsidiar novos investimentos em reforços e o cumprimento das obrigações contratuais junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.

18 Receita operacional bruta

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta		
Rede básica	<u>47.778</u>	<u>39.898</u>
	<u>47.778</u>	<u>39.898</u>

18.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A primeira revisão tarifária periódica da Companhia foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.540, de 28 de junho de 2013, reduzindo a RAP em 8,89%, vigente a partir de 01 de julho de 2013.

A segunda revisão tarifária periódica da Companhia foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 2.405, de 19 de junho de 2018, aumentando a RAP em 0,61%, vigente a partir de 01 de julho de 2018.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

18.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) nº 782/2017, atualizou a REN nº 729/2016, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

18.3 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.408, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Companhia (contrato 001/2008), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$42.908 em 01 de julho de 2017, passou para R\$ 44.279 em 01 de julho de 2018, apresentando um aumento de R\$1.371, equivalente a 3,1%.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2018 até 30 de junho de 2019 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
001/2008	4	45.823	(1.548)	-	-	-	44.279
	4	45.823	(1.548)	-	-	-	44.279

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.338	1.456
Juros ativos	11	185
Variações monetárias	5	-
Outras	<u>22</u>	<u>2</u>
	<u>1.376</u>	<u>1.643</u>
Despesas		
Juros/garantias sobre empréstimos	(13.296)	(18.307)
Juros passivos	(5)	(6)
Variações monetárias	(13)	-
Outras	<u>(61)</u>	<u>(1.271)</u>
	<u>(13.375)</u>	<u>(19.584)</u>
	<u>(11.999)</u>	<u>(17.941)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de IR e CS correntes totalizam R\$300, que representam o valor efetivamente recolhido a RFB, para o exercício de 2018.

A empresa adota o regime de lucro presumido.

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo (*)	Administração	-	-	(231)	(222)
				(231)	(222)
Sublocação e Reembolsos	ISA CTEEP	(12)	(5)	(192)	(67)
	IESUL	-	(3)	-	(3)
		<u>(12)</u>	<u>(8)</u>	<u>(192)</u>	<u>(70)</u>
		<u>(12)</u>	<u>(8)</u>	<u>(423)</u>	<u>(292)</u>

(*) Referente aos honorários da Administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora ISA CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

Essas operações são realizadas em condições específicas e negociadas contratualmente entre as partes.

22 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2018	2017
Ativos financeiros			
Valor justo através do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	58	423
Aplicações financeiras	2	9.203	-
Caixa restrito	2	17.358	16.321
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias			
Circulante		4.406	1.943
Não Circulante		392	308
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante		12.595	20.888
Não circulante		159.084	171.135
Fornecedores		824	1.261

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	12.595	20.888
Não circulante	<u>159.084</u>	<u>171.135</u>
Dívida total	171.679	192.023
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>9.261</u>	<u>423</u>
Dívida líquida	162.418	191.600
Patrimônio líquido regulatório	307.355	286.146

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 18.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (nota 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamento adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/18 a 19/12/19	87.638	55
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/18 a 19/12/19	50.000(*)	-
			<u>55</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

24 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	58	-	58	423	-	423
Aplicações financeiras	9.203	-	9.203	-	-	-
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	4.406	-	4.406	1.943	(1.943)	-
Contas a Receber (ativo de concessão)	-	39.234	39.234	-	47.541	47.541
Tributos e contribuições a compensar	2.222	-	2.222	2.218	-	2.218
Outros	713	118	831	266	-	266
	16.602	39.352	55.954	4.850	45.598	50.448
Ativo Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	17.358	-	17.358	16.321	-	16.321
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	392	-	392	308	(308)	-
Contas a Receber (ativo de concessão)	-	402.776	402.776	-	696.287	696.827
Estoques	-	4.007	4.007	-	-	-
	17.750	406.783	424.533	16.629	695.979	712.608
Imobilizado	447.774	(447.774)	-	463.737	(463.737)	-
Intangível	1.692	(1.593)	99	1.481	(1.481)	-
	449.466	(449.367)	99	465.218	(465.218)	-
Total do ativo	483.818	(3.232)	480.586	486.697	276.359	763.056

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Passivo Circulante						
Fornecedores	824	-	824	1.261	-	1.261
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12.595	-	12.595	20.888	-	20.888
Tributos e encargos sociais a recolher	986	-	986	2.220	(1)	2.019
Encargos Regulatórios a recolher	344	-	344	470	-	470
Obrigações trabalhistas	90	-	90	72	-	72
Outros	1.339	-	1.339	3	-	3
	16.178	-	16.178	24.914	(1)	24.913
Passivo Não circulante						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	159.084	-	159.084	171.135	-	171.135
Encargos Regulatórios a recolher	1.183	-	1.183	1.020	-	1.020
PIS COFINS diferidos	-	16.133	16.133	-	69.588	69.588
IR e CS diferidos	-	13.743	13.743	-	76.592	76.592
Provisão	18	-	18	1.181	(1.181)	-
Outros	-	-	-	2.301	1.181	3.482
	160.285	29.876	190.161	175.637	146.180	321.817
Total do Passivo	176.463	29.876	206.339	200.551	146.179	346.730
Patrimônio líquido						
Capital social	338.984	-	338.984	327.284	-	327.284
Reservas de Lucros	(31.629)	(33.108)	(64.737)	37.515	51.527	89.042
Prejuízos acumulados	-	-	-	(78.653)	78.653	-
Total do Patrimônio Líquido	307.355	(33.108)	274.247	286.146	130.180	416.326
Total do passivo e do patrimônio líquido	483.818	(3.232)	480.586	486.697	276.359	763.056

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	47.778	27.662	75.440	39.898	(554)	39.344
	47.778	27.662	75.440	39.898	(554)	39.344
Tributos						
PIS	(272)	(16)	(288)	(675)	26	(649)
COFINS	(1.349)	(74)	(1.423)	(3.135)	145	(2.990)
	(1.621)	(90)	(1.711)	(3.810)	171	(3.639)
Encargos						
Reserva global de reversão – RGR	(1.180)	-	(1.180)	(1.120)	-	(1.120)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	(167)	-	(167)	(175)	-	(175)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(408)	-	(408)	(377)	-	(377)
	(1.755)	-	(1.755)	(1.672)	-	(1.672)
Receita Líquida	44.402	27.572	71.974	34.416	(383)	34.033
Custos e despesas						
Pessoal	(734)	-	(734)	(756)	61	(695)
Material	(45)	(10)	(55)		(1)	(1)
Serviços de terceiros	(4.776)	(130)	(4.906)	(5.310)	3.196	(2.105)
Provisões para demandas judiciais	(84)	-	(84)	-	-	-
Depreciação e amortização	(15.925)	15.923	(2)	(15.923)	15.923	-
Seguros	(63)	-	(63)	(67)	67	-
Doações, contribuições e subvenções	(26)	-	(26)	(23)	23	-
Arrendamento e aluguéis	(404)	-	(404)	(45)	45	-
Tributos	(19)	-	(19)	-	-	-
Outras despesas operacionais	(516)	-	(516)	-	(239)	(239)
Gastos diversos	(2)	1	(1)	(24)	24	-
O&M	-	-	-	-	(3.205)	(3.205)
	(22.594)	15.784	(6.810)	(22.148)	15.943	(6.245)
Resultado da Atividade	21.808	43.356	65.164	12.268	15.520	27.788

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	1.376	-	1.376	1.643	-	1.643
Despesas Financeiras	(13.375)	-	(13.375)	(19.584)	-	(19.584)
	(11.999)	-	(11.999)	(17.941)	-	(17.941)
Lucro Antes dos impostos sobre o lucro	9.809	43.356	53.165	(5.673)	15.520	9.847
Despesas com Impostos	(300)	54.234	53.934	(1.528)	(608)	(2.136)
Resultado líquido do Exercício	9.509	97.590	107.099	(7.201)	14.912	7.711
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	9.509		107.099	(7.201)		7.711

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

25.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) Ativo de Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

25.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

25.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

A Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

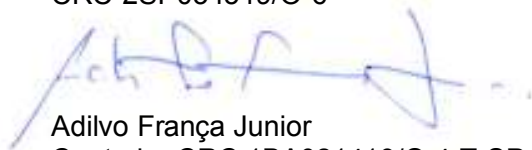
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP